

# A crise vista do campus

Tumulto provocado por lista apócrifa apresentada pelo deputado peísta Paulo Pimenta em sessão conjunta das CPIMs dos Correios e do Mensalão, no Senado, no último dia 10



Foto: Lúcia Marques/Folha Imagem

**Não só o Planalto e a Esplanada vêm a crise com a apreensão. Também a universidade tem grande interesse no seu desfecho, assim como toda a sociedade brasileira. Os pontos de vista, como sempre (e ainda bem), são distintos. Para entender melhor o momento político, o Jornal da Unicamp ouviu cinco intelectuais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, todos eles autores de importantes obras sobre a realidade brasileira: o historiador Edgar de Decca, o filósofo João Quartim de Moraes, o sociólogo Marcelo Ridenti, o filósofo Oswaldo Giacóia Júnior e o sociólogo Ricardo Antunes.**

ÁLVARO KASSAB  
EUSTÁQUIO GOMES

Jornal da Unicamp – **O Brasil é um país acostumado a crises políticas. Inúmeras foram as crises institucionais ao longo de todo o período republicano. A crise atual é a primeira do século XXI. Em que ela se diferencia das anteriores?**

Edgar de Decca – Do ponto de vista histórico, está certo dizer que as crises políticas se sucederam ao longo do século XX no Brasil. Eu diria até mais: talvez a sucessão das crises políticas tenha um tempo de duração até muito maior do que a gente pode vir a imaginar. Há sinais de que essa crise política que estamos vivendo hoje talvez venha, inclusive, da ocasião da instalação da República, na crise do Império.

Sem querer fazer uma comparação muito grosseira das relações históricas e de contextos históricos distintos, há inúmeros elementos que de uma certa maneira aparecem como comuns nas crises no Brasil. Por exemplo: no caso do Império, era conhecida e hoje os historiadores têm verificado, por meio de suas pesquisas, que inclusive o regime político então instalado era sujeito a uma oposição de setores que viam nele uma incapacidade de gerir a governabilidade do país. Esse regime acaba por si enquistando um núcleo de poder que se beneficia de favorecimentos e de privilégios.

No Império, os republicanos contestaram o regime político que, de uma certa maneira, acabou se encastelando e se beneficiando de privilégios absolutamente enormes. Esses privilégios eram aqueles obtidos por quem participava do jogo do poder.

É famoso, por exemplo, o Baile da Ilha Fiscal, que, à semelhança de situações como as de hoje – festas de orgias em Brasília – faz com que percebamos que, se de um lado há uma sociedade perplexa, por outro lado, na época tínhamos um imperador muito popular.

Há também um elemento de comparação interessante: quando se instalou a República, o Brasil também não passava por uma crise econômica. As condições na época eram bastante promissoras – a economia cafeeira estava em expansão, o processo imigratório atingia um grau de intensidade enorme. Tínhamos o fim da escravidão, uma modernização nas relações de trabalho e na urbanização, além da industrialização. Existia uma tendência bastante forte de uma expansão da economia, do mesmo modo que existe hoje.

Há de fato, no ponto das crises políticas brasileiras, uma grande semelhança. A crise do Império tem características que se assemelham à crise de hoje. Por outro lado, as crises que ocorreram no Brasil, nos anos 30, têm pouca semelhança com o que acontece hoje. Do ponto de vista da avaliação histórica dessas crises políticas que ocorreram no Brasil, há a possibilidade de se observar um certo descolamento da elite política brasileira no que concerne à sociedade civil. No Brasil, a elites políticas tendem a se dissociar da sociedade civil desde o Império até o presente.

Naquele final de século XIX, a sociedade civil tomou a bandeira da República e derrubou o Império, porque as elites políticas estavam totalmente alheias à própria sociedade e ao desenvolvimento e às transformações. Hoje, também está ocorrendo isso. A sociedade civil está amadurecida, tem capacidade de se

auto-organizar, e dá sinais de que há uma perspectiva econômica positiva. Mas, por outro lado, há uma profunda crise no campo da política.

João Quartim de Moraes – Temos aí um pouco a magia do calendário. Estamos muito próximos de situações que podemos chamar de crise ou não, mas que tiveram impacto semelhante. Não vou remeter à crise do governo Collor, embora ela seja a mais óbvia, porque a configuração era inteiramente outra, isto é, o Collor pertencia a um governo que montou uma quadrilha e chegou lá para assaltar os cofres públicos. Eu acho que, por menor que seja o apreço de alguém pelo governo Lula, a comparação seria totalmente falsa. O Lula pode ser um fraco e pode ter feito alianças espúrias. Aliás, certamente fez – esses que estão objetivamente torpedeando o governo com essas acusações, ao que parece no mínimo parcialmente verdadeiras, de corrupção, eram aliados dele. Lula está colhendo os frutos de alianças podres que fez para ampliar a base de sustentação de seu governo.

Marcelo Ridenti – A novidade – e a diferença – é que pela primeira vez uma crise desse tipo atinge em cheio um partido de esquerda, justamente o PT, cuja trajetória foi marcada pelo combate à corrupção e pela ética na política. Evidentemente, qualquer partido deve pautar sua conduta pela ética. O drama é que o PT tendeu com o tempo a ressaltar acima de tudo a moralidade em si mesma, como se fosse o único partido virtuoso, ficando as questões propriamente políticas em segundo plano – e isso se afinava com sua crescente moderação e inserção institucional. Assim, conseguiu atrair parte de um eleitorado moralista de classe média, que vê o mundo dividido em “limpos” e “sujos”, sem se dar conta de que a política é muito mais complicada. O PT caiu em sua própria armadilha: revelou um esquema grave de corrupção, mesmo que consiga depurar-se, talvez sua imagem esteja irremediavelmente comprometida.

Oswaldo Giacóia Júnior – Trata-se de uma pergunta cuja resposta exige profundos conhecimentos da história política republicana no Brasil, para poder apontar semelhanças e diferenças – conhecimentos esses de que não disponho. O que creio poder afirmar é que a extensão da crise atual, a natureza dos procedimentos fraudulentos nela implicados, o potencial de nocividade de certos problemas que com ela vieram à luz (como a perversa irracionalidade do sistema político brasileiro, por exemplo), a contaminação da esfera pública pelos interesses privados, o grau de comprometimento institucional que já se evidencia, todos esses fatores colocam em destaque a gravidade dessa crise.

Ricardo Antunes – Trata-se de uma crise que tem muitos elementos novos: devassou um partido que teve uma origem social de esquerda, atingiu um governo que na sua gênese pretendia-se distinto e diferenciado da política tradicional e permite também aprofundar uma diferenciação essencial, entre a corrupção para fins *privados* e aquela que em sua origem tem finalidades prioritariamente *políticas*. O PT e seu governo imaginaram que poderiam tornar mais longo seu governo, corrompendo politicamente o Parlamento em

seu lado mais nefasto e pantanoso, dados pelo PP, PTB, PL e assemelhados. Foi por eles fagocitado. Se a corrupção PC/Collor foi prioritariamente para fins *privados*, para enriquecimento de uma máfia privada, o esquema Delúbio/Valério/PT/governo Lula talvez seja o mais amplo e sistemático caso de corrupção para fins *políticas*, estruturado para manter a qualquer preço, a qualquer custo e com base em valores espúrios, como se pode constatar na forma de pagamento a Duda Mendonça, para a eleição de Lula e, posteriormente com o Mensalão, também para comprar parlamentares e votos. Claro que dessa corrupção entre privado e públicos nasce uma simbiose, tornando-a, portanto, mais intensa. E tudo isso feito por um partido (e seu governo) que se pretendia de esquerda.

**Ainda falta saber quem são os corruptores, de onde veio essa soma quase incalculável de capital, quem se beneficiou e a quem interessava corromper.**

Ricardo Antunes, sociólogo

**JU – Comparativamente, que grau de profundidade tem a crise atual?**

Edgar de Decca – As características dessa crise com relação às do Império, nesse caso, são muito distintas. Segundo o meu ponto de vista, e é muito difícil você fazer uma avaliação a longo prazo dessa situação política atual, julgaria que o principal elemento da crise política que estamos vivendo é bastante localizada no campo das esquerdas. Acho que, nesse aspecto, ela se distingue de todas as outras. A esquerda que tornou hegemônico o projeto político cuja liderança é do Partido dos Trabalhadores, é oriunda da luta contra a ditadura militar.

Está encastelada hoje, no PT, uma liderança política que é oriunda e nasceu da ditadura militar. Ela ainda é da época da ditadura. Com todas as suas virtudes históricas, teve um papel importante, traz consigo também todos os seus defeitos e vícios de uma geração da qual eu inclusive faço parte, que lutou contra a ditadura.

Essa liderança que está hoje no Partido dos Trabalhadores, que está sendo alvo de toda essa investigação e de toda essa suspeita, se acostumou a usar a democracia como um instrumento do seu projeto de poder. Quer dizer, instrumentalizou a democracia e as instituições democráticas para um projeto de poder. Infelizmente, com muito pesar, isso é o que está escancarado, é o que está se desnudando nesse panorama. De uma certa maneira, é um ciclo histórico que está se encerrando. Talvez a gente possa dizer que nós estamos dando adeus à ditadura militar, até nos seus aspectos de contraposição de esquerda. Com certeza, haverá novos caminhos e outras perspectivas. Acho que vai ser muito difícil, apesar de todo o esforço, refundar um partido cuja marca, no momento, está profundamente comprometida com uma descaracterização das instituições da democracia.

João Quartim de Moraes – Ela foi exagerada pela própria base governamental. Houve exagero, notadamente na comparação feita entre a situação de hoje e a de 1964. Naquele época, a situação era de ruptura mesmo. Jango foi derrubado porque queria nacionali-

zar as terras situadas numa certa faixa das rodovias federais para implementar a reforma agrária. Ele caiu de pé, por medidas avançadas, não caiu por corrupção. A direita ali, sim, teve uma vasta mobilização contra-revolucionária, com base de massa, com gente na rua. Nada comparada com o que vivenciamos agora. Lula vai se enfraquecer fundamentalmente por causa dos próprios erros.

Marcelo Ridenti – Essa crise é grave, pois atinge não apenas o PT mas o conjunto do sistema político. Revela os problemas de representatividade e de corrupção de nossa democracia. A vontade popular tende a ser distorcida por mecanismos como o marketing eleitoral, especialmente na televisão, financiados por enormes gastos de campanha – em grande parte não declarados e com origens escusas, o famoso “caixa 2”. Também revela a necessidade de uma reforma política que garanta a representatividade popular. Mas como fazer essa reforma, de tal modo que ela não vire um mero acordo para acomodar os interesses estabelecidos, especialmente no Congresso, como ao que tudo indica é o que vai acontecer?

Oswaldo Giacóia Júnior – Penso que a representação parlamentar é um dos pilares fundamentais da vida republicana. A avalanche de revelações perturbadoras vindas à luz no curso das investigações deixa atônita e indignada a opinião pública, sobretudo porque com elas se percebe a profundidade do enredamento de membros do congresso nacional, assim como de partidos políticos e demais instituições com procedimentos anti-éticos e inconfessáveis, que geram e fomentam distorções gravíssimas num processo democrático.

Ricardo Antunes – Ainda não chegamos ao fundo do poço. Há certamente mais elementos que ainda virão à tona, mostrando a farsa grotesca que foi esse governo, cuja sujeição servil ao projeto neoliberal tem seu corolário da aceitação degradante da pior prática corruptora. Ainda falta saber quem são os corruptores, de onde veio essa soma quase incalculável de capital, quem se beneficiou e a quem interessava corromper o Parlamento. Diferentemente da crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, onde uma contradição real cortava a nação e o país, Lula poderá vivenciar algo que talvez tenha certa similitude com a renúncia de Jânio Quadros, eleito com ampla votação e cuja renúncia ficou calada no povo como expressão de um ato de fraqueza. Em Lula, o ato de fraqueza se expressa pela evidência de que ele jamais poderia estar em campanha *sem saber de onde vinham os recursos*. Qualquer militante que conhece o PT sabe que Lula sempre teve o controle de tudo dentro do partido e que jamais Delúbio e Dirceu fariam isso sem o conhecimento do Presidente, nem durante a campanha e muito menos durante o seu governo. Portanto, quando Jânio imaginou que renunciando voltaria nos braços do povo, esqueceu-se que o povo tem suas formas de percepção e apreensão dos fatos. E está ficando evidente – veja-se a nova pesquisa do *DataFolha* – que o prestígio de Lula está escorrendo pelos dedos da mão. Recentemente usei essa expressão: pizza não dá mais e estamos chegando muito perto da crise enfrentada pelo governo Collor.